

DOSSIÊ

A DINÂMICA DA PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO DE SABERES: ENTRE O TRABALHO E A FORMAÇÃO

ANA CLÁUDIA FERREIRA GODINHO (UEMG)¹

MARIA CLARA BUENO FISCHER (UFRGS)²

NAIRA LISBOA FRANZOI (UFRGS)³

(ORGANIZADORAS)

¹ Doutora em Educação pela UNISINOS. Professora Adjunta da Faculdade de Educação da UEMG. E-mail: <anagodinhobr@yahoo.com.br>.

² Doutora em Educação pela *University of Nottingham* com Pós-Doutorado em Formação de Adultos pela Universidade de Lisboa. Professora adjunta da Faculdade de Educação e PPGEDU da UFRG. E-mail: <clarafis@cpovo.net>.

³ Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora Adjunta da Faculdade de Educação e do PPGEDU da UFRGS. E-mail: <nairalf@yahoo.com.br>.

PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES: BREVE APRESENTAÇÃO

A complexa questão dos saberes implicados no exercício da atividade de trabalho, na educação e na vida social permeia os artigos deste dossiê. Podemos identificar olhares apurados, a partir de diferentes abordagens teórico-metodológicas, sobre os saberes mobilizados e produzidos nos mundos do trabalho e suas interfaces com os da escola. Assim, é no vínculo entre atividade de trabalho, saberes, técnica, e educação escolar e não escolar que os autores desta coletânea encontram sua convergência.

Os estudos inserem-se no campo teórico Trabalho e Educação. Alguns dos pesquisadores vêm construindo trajetórias de estudo em comum e outros, empreendendo investigações semelhantes, o fazem por caminhos, referências, abordagens e em diferentes países ou regiões do Brasil e estão reunidos pela primeira vez neste dossiê. Socializar esta produção, em periódico científico da área da Educação, tem uma contribuição específica a dar no enfrentamento de desafios teóricos, políticos e pedagógicos na implantação de políticas e práticas, dentro e fora da escola, tanto no Brasil como no exterior.

Nessa linha de raciocínio, destacamos a expansão da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil e as mais recentes investidas da União na área, por meio de programas vultosos, como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) (BRASIL, 2006, 2011). Tais políticas e investimentos feitos não passam despercebidos, sequer ao mais desatento dos observadores. Independentemente de ser saudadas por alguns e criticadas por outros, merecem uma consideração cuidadosa.

Embora a avaliação das políticas desta área não esteja no escopo deste dossiê, interessa aqui chamar a atenção para o seguinte paradoxo: se é verdade que a educação profissional vem ao encontro das demandas dos trabalhadores, a realidade que a faz ser demandada nos deixa, no mínimo, estarecidos. A divisão do sistema educacional brasileiro em ramos distintos – profissionalizante e acadêmico – remonta aos primórdios da constituição do sistema e é consagrada em lei na década de 1940. Essa separação, sempre considerada injusta pelos setores progressistas da educação, reforçava as desigualdades sociais. Nos intensos debates que antecederam a formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em vigência), esses setores tentaram superar tal separação, defendendo que a educação profissional só poderia ser ofertada após o término da educação básica. Assim, nos projetos então elaborados e na forma final da LDB, a educação profissional permaneceu como parte integrante da educação básica. Mas, desde o final da década de 1980, esta era considerada uma proposta transitória, até que chegássemos a uma realidade social, colocada num horizonte próximo, que tornasse possível colocar em prática o preceito da LDB. Segundo tal legislação, a educação básica – e o ensino médio, como uma de suas etapas – é o mínimo necessário para o ingresso no mercado de trabalho e, portanto, deve anteceder-lo, objetivando, com isso, assegurar aos jovens direitos iguais de acesso a uma sólida educação geral e de qualidade (BRASIL, 1996).

Pois bem, este é o paradoxo: tantas ações de educação profissional parecem indicar que o horizonte não parece estar mais próximo. Ao contrário, esta segunda década do século XXI apresenta dados estupefacentes e eloquentes que nos deixam perplexos e consternados. Se o direito ao acesso à escola dentro a população entre 7 e 14 anos está praticamente universalizado, por outro lado, o direito ao aprender está muito longe de ser alcançado se considerarmos os índices divulgados sobre a aprendizagem de nossas crianças e jovens. Conforme aumenta a idade, o problema agrava-se, tanto em termos de acesso como nos processos de permanência na escola. Aproximadamente 40% dos jovens das regiões metropolitanas brasileiras entre 19 e 24 anos não frequentam a escola e apenas trabalham ou procuram trabalho. Somente cerca de 14% deles dedica-se exclusivamente aos estudos (DIEESE, 2011). Por seu turno, embora a Educação de Jovens e Adultos fosse considerada uma medida transitória, socialmente reparadora, ainda é significativo o número de matrículas na EJA. Apesar de recentemente dar indícios de queda (um total de 4.287.234 em 2010), tal diminuição não reverteu ainda o significativo aumento ocorrido entre 1999 e 2006 (3.071.906 e 4.861.390 matrículas respectivamente). Acentua-se a complexidade dessa modalidade, com a sua juvenilização. Jovens e adultos, além da busca por elevação da escolaridade, almejam a formação profissional.

Estamos diante de uma imensa população de trabalhadores/as que não foram ainda atendidos/as pela escola, portanto, permanece negado a estas pessoas um direito fundamental. Por um lado, a premência do trabalho coloca-lhes limites concretos para a frequência à escola. Por outro, quando as suas portas se abrem, esta ainda não fala a língua dessas pessoas e não as acolhe como deveria. Tornou-se discurso corrente a compreensão de que jovens e adultos chegam à escola com densas vivências de trabalho e de vida em geral e que o diálogo com os saberes oriundos de tais vivências é dever da escola e condição indispensável para tornar o aprendizado significativo. Em especial a Rede Certific (BRASIL, 2009) de certificação das competências construídas pelos trabalhadores em suas trajetórias de vida e trabalho, política recente no Brasil, mas com tradição em outros países, coloca na ordem do dia a importância do reconhecimento de tais saberes. Contudo, entre concordar com tais premissas e colocá-las em prática no fazer pedagógico da escola, há uma grande distância. Mesmo porque esta não é uma tarefa simples, principalmente em face dos desafios que as instituições de ensino e os/as docentes enfrentam em seu cotidiano. Além disso, do ponto de vista teórico, há ainda muitos aspectos a elucidar, como a relação entre conhecimento e atividade de trabalho. Chegamos, pois, ao escopo deste dossiê. Os artigos desta coletânea, a partir de diferentes perspectivas teóricas, pretendem contribuir com o enfrentamento desse desafio de natureza epistemológica, ética e política.

Os textos aqui reunidos partem destes e de outros supostos em comum: têm como referência central o trabalho na sua dimensão ontológica, de constituição do humano, e em sua dupla dimensão, de exploração e libertação, criação e destruição da vida, que é a forma como o trabalho, na sua dimensão histórica, tem se expressado.

O foco dos autores recai, especialmente, sobre o trabalho tal qual produzido e vivido concretamente pelos trabalhadores, buscando visibilizá-los e acrescentando outros pressupostos como norte de suas investigações: a

origem do estranhamento entre trabalhadores e escola está em grande parte na separação radical entre trabalho manual e intelectual que, por sua vez, origina uma complexa construção social simbólica de hierarquização dos conhecimentos, entre teoria e prática, profissões e localizações sociais dos sujeitos, dentro e fora da escola.

Reconhecer essa complexa trama de relações não é inédito. Dentre outras vertentes, uma das mais importantes é aquela aberta por Pierre Naville – a qualificação como relação social complexa –, fundante da sociologia do trabalho (NAVILLE, 1956). O que fazer para superar essa hierarquização é o que permanece como desafio. Os autores e autoras deste dossiê não têm a pretensão de resolvê-lo, mas, definitivamente, têm a certeza de que suas pesquisas e as consequentes reflexões ora apresentadas incidem no equacionamento do problema.

Parte dos autores produz reflexões que convergem na investigação da complexidade presente na produção de saberes no local de trabalho contribuindo, direta ou indiretamente, para o enriquecimento dos fundamentos teóricos e pedagógicos de projetos de educação de trabalhadores. Patrick Mayen, em *Dinâmica dos Saberes e processo de elaboração pragmática*, procura esclarecer o processo pelo qual os saberes profissionais se desenvolvem em situação de trabalho na e pela experiência. O caso estudado pelo autor mostra como saberes de natureza técnica, adquiridos pela formação e pela experiência, transformam-se e combinam-se com saberes conversacionais construídos e desenvolvidos na experiência da vida e do trabalho.

Dois outros textos, ainda estudando os saberes em situação de trabalho, dedicam-se especificamente às formas associativas de trabalho.

Geraldo Alves Márcio dos Santos e Sônia Maria Rummert, no texto *Saberes tácitos, técnica, tecnologia e ciência: o lugar do trabalho vivo no processo de trabalho na produção associada*, discutem a relação entre a técnica, a ciência e a tecnologia no processo de trabalho e o estatuto social que esta relação adquire na produção associada. Analisam a mobilização dos saberes tácitos dos trabalhadores em uma indústria metalúrgica, a relação destes com a maquinaria e concluem que a mobilização de saberes pelos trabalhadores na produção do trabalho morto e da máquina-ferramenta indica que não se separa o sujeito axiológico do sujeito epistemológico, daí que a técnica e a experiência interrogam a centralidade da ciência no processo de trabalho.

Edson Caetano e Camila Emanuella Pereira Neves, no texto *Saberes da produção associada: implicações e possibilidades*, ocupam-se da reflexão acerca das relações entre trabalho e educação presentes nos processos de produzir a vida associadamente numa comunidade quilombola localizada no Mato Grosso. A pesquisa, de cunho etnográfico, teve como foco os saberes do trabalho associado. A análise dos resultados, à luz do materialismo histórico, possibilitou apreender os saberes da produção associada enquanto interface da constituição de uma cultura do trabalho distinta do trabalho assalariado. Os saberes do trabalho, expressos pelos trabalhadores e trabalhadoras do quilombo pesquisado, explicitam concepções de mundo, de vida e de ser humano enraizadas no viver em comum, dentre elas a posse coletiva da terra e dos meios de produção, a gestão coletiva e democrática do

processo de trabalho, e o esforço para preservação da cultura, dos costumes e da história da comunidade quilombola.

Maria Clara Bueno Fischer e Ângela Beatriz Cavalli, por sua vez, no artigo *Gestão do tratamento da água no setor público: normas, valores e saberes (in)visibilizados*, analisam a circulação de saberes e valores que acontece na gestão da atividade cotidiana de trabalho, com apoio da abordagem ergológica do trabalho. A mesma permitiu revelar o compromisso prioritário dos servidores com a garantia da potabilidade da água, identificando-se com o cumprimento da normatização do Ministério da Saúde. Também revelou que inúmeros saberes e estratégias cotidianas, não previstos na norma (ISO), são criados pelos trabalhadores com base no valor por eles atribuído à sua responsabilidade com a garantia de água de qualidade. O artigo dá destaque à percepção dos trabalhadores sobre a certificação ISO e a Portaria n. 2.914/2011 do Ministério da Saúde, relacionadas respectivamente à qualidade do processo de trabalho e da água, e os desafios enfrentados por eles para garantir a potabilidade da água. Os achados sugerem que a formação continuada de servidores públicos que tratam de serviços essenciais à população deve considerar o ponto de vista da atividade de trabalho como fundamental para a sua realização com qualidade.

Charles Moreira Cunha, no artigo *Saberes no trabalho entre experiências e memórias: reflexões iniciais*, confronta permanentemente diferentes autores às histórias narradas pelos trabalhadores em encontros de pesquisa, ensino e extensão levadas a cabo pelo autor e colegas. Nesse confronto, o autor vai nos mostrando como memórias individuais e coletivas são coconstruídas e permanecem imbricadas e que, se nem toda memória pode ser objeto de narrativas, podemos vislumbrar como ela reverbera na forma de saberes nos atos de trabalho.

O olhar sobre a escola e outras instituições educativas como lócus de educação de trabalhadores e trabalhadoras também está presente em outra parcela de artigos deste dossiê. Esta é a preocupação de Jarbas Novelino Barato, no texto *O saber no salão de beleza*. O autor segue sua trajetória de pesquisas em busca de uma didática para o ensino técnico no âmbito do SENAC. A investigação aqui apresentada buscou fundamentos na epistemologia de Gilbert Ryle e na proposta de David Merrill para ensino de processos. Os dados e as análises, referenciados em aulas de demonstração de um grupo professores de cursos de cabeleireiro, confirmaram a inadequação do par antitético teoria e prática como referência para o saber da técnica em atividades de capacitação profissional, assim como o *status* epistemológico próprio do saber na ação.

A escola como lócus de formação dos trabalhadores é também a preocupação de Ana Cláudia Ferreira Godinho e Edla Eggert, em *Do mundo do trabalho à escola: (des)encontros de saberes na experiência escolar de estudantes de EJA integrada à Educação Profissional*. O artigo aborda a experiência escolar de pessoas jovens e adultas, cujos saberes não escolares produzidos no mundo do trabalho confrontam-se com saberes escolares no cotidiano de um curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional. A articulação entre os saberes produzidos no trabalho e os escolares, proposta no Documento-Base do programa analisado, não é um objetivo simples, como mostraram os dados da pesquisa

que originaram este artigo. Essa confrontação de saberes é repleta de tensionamentos, dicotomias e conflitos, como evidenciam os resultados do estudo. Através da observação participante as autoras buscaram captar como as mulheres produzem sua experiência escolar neste espaço. Para isso, os conceitos de experiência escolar e saberes são construídos com base em textos da Sociologia da Experiência e da educação popular.

E, por fim, neste grupo de textos sobre a escola, no artigo *Ensino, pesquisa e desenvolvimento local na formação de trabalhadores*, Naira Lisboa Franzoi e Maria Clarice de Oliveira tratam da pesquisa como princípio educativo na formação de trabalhadores. Defendem que a construção de conhecimento e tecnologia, quando entrelaçados com projetos de desenvolvimento local, é capaz de promover um desenvolvimento social e não apenas a formação para o mercado de trabalho. As autoras apresentam uma pesquisa sobre o projeto desenvolvido pelos alunos – trabalhadores da fumicultura – de uma escola técnica agrícola na Região Metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Mostram como, no entrelaçamento de pesquisa, saberes escolares e aqueles trazidos pelos alunos de sua experiência de trabalho, é possível encontrar alternativas às relações de trabalho impostas aos trabalhadores, neste caso, agricultores familiares submetidos à indústria do fumo.

Na fronteira entre estes dois grupos de textos – os que estudam as situações de trabalho e os que estudam a escola – encontra-se o artigo intitulado *Los saberes del oficio: notas conceptuales*, escrito por Nicolás Arata, que estudando as situações de trabalho, procura extrair propostas imediatas para a escola e as políticas públicas de formação dos trabalhadores. A autora, expondo alguns usos teóricos da categoria “saberes do ofício”, argumenta que uma estratégia que promova a elaboração de respostas à crise que atravessam as instituições escolares requer uma abertura ao diálogo com outro tipo de saberes e instituições que fazem a transmissão da cultura em nossas sociedades, particularmente no que se refere à formação para o mundo do trabalho. No curso do artigo, o autor formula algumas derivações teóricas do uso da categoria “saberes do ofício” e expõe questionamentos que possibilitem tal diálogo. Entre as conclusões do artigo, destaca-se a pertinência de que os estudos sobre trabalho e educação repensem o regime de historicidade presentes nos saberes do ofício, bem como indaguem sobre o lugar ocupado por estes saberes a médio e longo prazo.

Consideramos, por fim, que há um valor genuíno nesta coletânea. Este reside na produção que resulta de uma diversidade de abordagens teórico-metodológicas, o que contribui para o adensamento de um conjunto de reflexões em torno das relações entre os saberes produzidos em situação de trabalho (desvelando sua complexidade), na produção da vida social, e os saberes escolares. Essa temática emerge com força, por ser cada vez mais necessária para os envolvidos com a formação dos trabalhadores em espaços de educação escolar, de trabalho, nas políticas públicas que ordenam a educação profissional e projetos de desenvolvimento.

As organizadoras.¹

¹ Ana Cláudia Ferreira Godinho (UEMG), Maria Clara Bueno Fischer (UFRGS) e Naira Lisboa Franzoi (UFRGS).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDB n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC/SETEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/projeja_parecer11_2000.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. Ministério da Educação. **Decreto n. 5840**, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União de 14 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Decreto/D5840.htm>. Acesso em: 13 nov. 2013.

_____. MEC e MTE. **Portaria Interministerial n. 1.082**, de 20 de novembro de 2009. Cria a Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – CERTIFIC. Brasília: Diário Oficial da União de 23 nov. 2009. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/4poli/gruposadur/gtpe/portaria_interministerial_1082_20_11_09.htm>. Acesso em: 13 nov. 2013.

_____. **Lei 12.513**, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); altera as Leis... e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 13 nov. 2013.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria n. 2.914**, de 12 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Brasília: Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2011b. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria_2914_12_12_2011.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2013.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **Anuário dos Trabalhadores 2011**. São Paulo: Dieese, 2011.

NAVILLE, Pierre. **Essai sur la qualification du travail**. Paris: Marcel Rivière, 1956.

ROSE, Mike. **O saber no trabalho**: valorização da inteligência do trabalhador. São Paulo: SENAC, 2007.